



AS PRÁTICAS EDUCATIVAS A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: PELA SUSTENTABILIDADE DA VIDA

Luciane Albernaz de Araujo Freitas¹

André Luis Castro de Freitas²

Educação, sociedade e práticas educativas

Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar as práticas educativas a serviço da transformação social, com vistas à sustentabilidade da vida. Dentro deste propósito busca-se compreender a crise ambiental para além de ações individuais de "cuidado" com a natureza, percebendo a relação de tal crise com o modelo civilizatório instaurado. A partir deste pressuposto, tendo como referência o pensamento de Antônio Gramsci intenta-se desvelar o papel do professor como agente de transformação social. A proposta tem por base evidenciar a necessidade da construção de uma educação que leve em conta as experiências pessoais concretas do coletivo. Acredita-se que inúmeras são as possibilidades de práticas educativas transformadoras, entre elas tem-se como potencial o ensino pela pesquisa, o qual é abordado neste ensaio.

Palavras-chave: Práticas Educativas. Transformação Social. Ensino pela pesquisa.

Summary

This article intends to discuss about educational practices in the service of social transformation towards sustainability of life. With this purpose think to understand the environmental crisis not as individual acts of "care" of nature, but noticing the relationship of such a crisis with the established model of civilization. Is referenced to the thought of Antonio Gramsci where the objective is to reveal the role of teachers as agents of social transformation. The proposal is based on evidence the necessity of building an education that takes into account the specific personal experiences of the collective. It is believed that there are countless possibilities for transforming educational practices, including how it has potential for education research, which is addressed in this essay.

Keywords: Educational Practices. Social Transformation. Teaching the research.

Introdução

A crise ambiental vem tomando proporções cada vez mais preocupantes no cenário mundial. A todo instante surgem campanhas e propagandas que visam conscientizar a população da necessidade de preservação dos recursos naturais a caminho da sustentabilidade da vida. Porém a insustentabilidade e a crise ambiental envolvem

questões bem mais complexas que a busca de ações individuais de “cuidados” com a natureza.

Faz-se necessário perceber a amplitude da crise de sustentabilidade, a qual está diretamente relacionada com o modelo capitalista fortemente instalado na sociedade. Assim pensar a crise ambiental é pensar não só as questões do meio ambiente, mas as questões econômicas, sociais, culturais, isto é, pensar o próprio sistema capitalista, na busca de alternativas para a superação da crise por meio da transformação social.

Os custos da lógica capitalista legitimadora de padrões não aceitáveis de comportamento em todos os níveis da sociedade são debitados na conta da própria sociedade, que tem a sustentabilidade da vida ameaçada. A forte crise ambiental que ameaça o planeta e a vida, deixa evidências da grande responsabilidade do sistema capitalista neste processo. Urge pensar alternativas que levem a superação do historicamente constituído em detrimento de uma nova concepção de sociedade menos ameaçadora.

Este artigo intenta problematizar a crise de sustentabilidade a partir de reflexões a cerca da necessidade de transformação social, mais precisamente do papel do professor por meio de suas práticas educativas neste processo que objetiva a construção de uma sociedade consciente de suas responsabilidades para com a natureza da qual o homem é parte integrante.

O presente artigo estrutura-se nos seguintes focos: *Sociedade contemporânea: crise de sustentabilidade e o modelo civilizatório capitalista* neste primeiro momento são explicitados os efeitos nocivos da lógica capitalista em relação à sustentabilidade do planeta; *Transformação social em Gramsci* este espaço busca explicitar conceitos gramscianos os quais dão sustentação a sua teorização acerca da transformação social; *Professor: um intelectual a favor da transformação social* neste momento tem-se como foco, apoiado em Gramsci, a contribuição do professor para a transformação social; *Práticas educativas do professor transformador* aqui encaminhamentos têm a pretensão de vislumbrar possibilidades de práticas educativas que possam estar a serviço da transformação social; por fim têm-se as considerações finais.

1. Sociedade contemporânea: crise de sustentabilidade e o modelo civilizatório capitalista

Após uma crise experimentada pelos países industrializados produziram-se transformações estruturais no sistema capitalista as quais configuraram uma nova roupagem ao capitalismo, que passou a ser intitulado de neoliberalismo. Este trouxe consigo uma série de estratégias na busca do fortalecimento e manutenção desse modelo civilizatório, tais como: a informalidade do trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista, entre tantas outras.

A lógica brutal estabelecida pelas estratégias do capitalismo e suas terríveis conseqüências levam a sociedade ao enfrentamento de problemas que não se limitam a questões econômicas. Não se trata somente da má distribuição de renda e de consumo de bens, mas sim de uma crise de valores e porque não dizer de destino. Neste contexto de crise as questões ambientais têm lugar de destaque. Na crise ambiental estão presentes os sinais do capitalismo, que à medida que se desenvolve aniquila tudo que está a sua volta.

Dia após dia a problemática ambiental se torna cada vez mais visível. Muitas são as agressões ao meio ambiente que acarretaram problemas ambientais. Os lixos químicos, domésticos, industriais e hospitalares, que são diariamente depositados no solo e nos rios, sem o devido tratamento; as queimadas que devastam grandes áreas verdes; a utilização de agrotóxicos e o desmatamento desenfreado; a poluição do ar causada pela fumaça das indústrias, dos veículos e das queimadas; a contaminação do lençol freático; sem falar no aquecimento global, gerando aumento de temperatura, são apenas alguns dos atos do homem que agravam a crise ambiental.

A agressão ao meio ambiente não é um problema que se desenhou nas últimas décadas, na verdade seu surgimento esta atrelado ao desenvolvimento do capitalismo. Analisando a Revolução Industrial verifica-se, já naquela época, a utilização exacerbada dos recursos naturais, tudo em nome do capital, ou melhor, do lucro. Ao se fala em crise ambiental não se esta remetendo apenas aos problemas referentes a aspectos físicos, biológicos e químicos das alterações do meio ambiente os quais ocorrem no planeta. A

crise ambiental é uma crise da civilização contemporânea; é uma crise de valores, assumindo grandes proporções. A expansão do modelo capitalista leva a um crescimento econômico sem limites, exercendo uma pressão muito forte sobre os recursos naturais e a capacidade de suporte da vida do planeta.

As modificações da natureza em virtude das atividades humanas se propagam sob forma de catástrofes sociais, com efeitos, muitas vezes irreversíveis. Os grupos dirigentes ignoram sistematicamente os nexos ecológicos, que exige uma reformulação das relações entre a dinâmica socioeconômica e os fenômenos naturais.

A natureza é transformada pelos homens por meio de suas atividades, que não possuem uma organização racional, explorando os recursos naturais até sua exaustão, o que desencadeia verdadeiros desastres. Contudo, não basta racionalizar o metabolismo entre os homens e a natureza. A dominação irracional sobre a natureza reflete atitudes e comportamentos irracionais dos homens sobre os homens. Esta dominação, sempre irracional e destrutiva, tem sua origem em relações de poder historicamente constituídas. A exacerbada valorização do capital e da competitividade leva a formas e conteúdos de produção e consumo que delineiam um estilo de vida, incompatível com as carências sociais e o requisito de conservar os recursos naturais.

Percebe-se que o mais grave nesse cenário, onde se delineia a morte do planeta, e não esquecendo que dele todos fazem parte, é a forma como este fenômeno é percebido. O capitalismo imprime uma lógica que busca concentrar-se naquilo que é mais premente e mais próximo, não sendo foco de urgência o que não está ao alcance das mãos e que não traz conseqüências imediatas, atribuindo muito pouco interesse a questões que não dão visibilidade imediata, retornando como votos nas próximas eleições. Este tipo de mentalidade face à crise ambiental pode levar, em curto prazo, a surpresas nada agradáveis. Do ponto de vista ambiental nosso planeta está prestes a chegar ao ponto de um não retorno.

2. Transformação Social em Gramsci

Partindo-se do pressuposto que a crise de sustentabilidade que afeta o planeta esta para além das questões ambientais, se vinculado diretamente ao modelo civilizatório

fortemente instaurado e disseminando por todo o mundo, percebe-se que ações individuais, mesmo que indispensáveis, não darão conta de minimizar, quanto mais de solucionar tal crise. Viabiliza-se o enfrentamento da crise por meio de um combate ao modelo civilizatório vigente, isto é a partir de um processo de transformação social.

Um processo de transformação social que tenha em seu cerne a justiça e a preocupação com a qualidade de vida para todos os seres humanos necessariamente se faz com a participação, o que pressupõe um envolvimento de muitos segmentos da sociedade, é evidente que entre eles a escola e o professor como fazendo parte desta, desempenham papel fundamental. Dentro desta lógica é que apoiado no pensamento de Antônio Gramsci passa-se a focar a transformação social. Gramsci, um dos maiores teóricos marxistas europeus desde Lenin, tem como preocupação central em seus estudos a transformação social, oferecendo subsídios consistentes em sua obra para melhor compreensão deste processo.

Seu pensamento (1999b, p.75-76) contribui para a compreensão de como a sociedade se estrutura e mantém, elucidando, ao mesmo tempo, como se instala a hegemonia e como pode ser construída a contra-hegemonia.

Na análise da sociedade, Gramsci introduz o conceito de bloco histórico, o qual corresponde a uma situação social concreta, onde um grupo social originado de uma atividade econômica consegue criar um consenso em torno de uma concepção de mundo. O bloco histórico apresenta como aspecto essencial, as relações entre estrutura e superestrutura. A estrutura diz respeito à economia, abrangendo as relações de produção. A superestrutura, por sua vez, está ligada às questões ideológicas e políticas. Estrutura e superestrutura precisam estar ligadas organicamente, compondo o bloco histórico.

Faz-se importante analisar as duas esferas essenciais que formam as superestruturas do bloco histórico: a sociedade política - identificada com o Estado, e a da sociedade civil, que traz consigo a maior parte dos elementos da superestrutura, pois as instituições que se ocupam da educação regular encontram-se vinculadas a essas duas esferas, às quais servem, quer passivamente a elas se adaptando, quer ativamente, buscando espaços de intervenção.

Gramsci enfoca a sociedade civil como sendo parte da superestrutura do bloco histórico, definindo-a como a "direção intelectual e moral" de um sistema social, considerado desta forma como "hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado" (Portelli, 1977, p.20).

A sociedade civil, como "conjunto de organismos comumente chamado de privados", assume um papel de grande relevância, sendo responsável pela produção, difusão e reprodução das ideologias.

A ideologia é definida por Gramsci (1995, p.16) como sendo uma concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais, manifestada implicitamente na arte, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva, com o objetivo de garantir a hegemonia da classe dominante.

Para Gramsci, a ideologia não é difundida de forma homogênea, sendo mais elaborada nas camadas sociais dirigentes e mais fragmentada entre as culturas populares. Sendo assim, distingue diversos graus qualitativos, de acordo com a camada social. A filosofia é tida como o estágio em que a concepção de mundo é mais elaborada, sendo considerada, como afirma Portelli, "a expressão cultural da classe fundamental" (Portelli, 1977, p.24). É nela que se encontra o maior grau de coerência. Utilizando-se do rigor lógico e espírito sistemático, lança-se mão do conhecimento sobre a história do pensamento para explicar seu desenvolvimento, isto é, as causas e conseqüências de sua evolução.

Pode-se perceber que a filosofia assume papel importante, pois é considerada a referência de qualquer sistema ideológico. Em razão do seu vínculo com a classe dirigente, influencia praticamente as normas de vida de todas as camadas sociais.

“O papel essencial da filosofia no seio do bloco ideológico é representado pela sua influência sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas: o senso comum” (Portelli, 1977, p.25).

O senso comum aparece como o "folclore da filosofia" (Gramsci, 1995, p.143), caracterizado pela "mistura" de diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dirigente. Situa-se entre a filosofia, que lhe fornece elementos de bom senso, e o folclore, que realiza a sedimentação ideológica.

Gramsci refere-se ao senso comum, afirmando que ele "é a filosofia dos não-filósofos, isto é, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários meios sociais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio" (Gramsci, 1995, p.143).

Falou-se em ideologia: "concepção de mundo" espalhada por toda a sociedade. É preciso, pois, compreender como a classe dirigente difunde esta ideologia. Aos meios responsáveis pela difusão e a universalização da ideologia, Gramsci chama de "estrutura ideológica". Ele destaca três instituições que, fazendo parte da "estrutura ideológica", são veículos de difusão da ideologia (1999. p.112) *a igreja*, que em outras épocas teve quase o monopólio do bloco histórico, e hoje ainda conserva uma boa parte deste domínio pela sua presença ramificada em toda sociedade; *a escola*, que, independentemente de estar vinculada ao Estado ou à iniciativa privada, forma o segundo conjunto da sociedade civil, como instituição que atinge quase a totalidade das crianças e jovens, transmitindo-lhes uma determinada concepção de mundo; *a imprensa e os meios de comunicação de massa*, não menos importantes, que, na visão de Gramsci, constituem a mais dinâmica instituição da sociedade civil.

Mediante essa dinâmica existente entre a ideologia e as instituições que são veículos desta, acontece a direção e dominação de toda a sociedade pela classe hegemônica. A direção ideológica torna-se base de sustentação para a legitimação do *status quo*, passando os grupos subalternos a aceitar e legitimar a concepção de mundo da classe dirigente.

Dentro desta organização, analisada por Gramsci, tem-se o intelectual, atuando tanto na elaboração da ideologia, quanto na sua difusão. Os intelectuais exercem função importante na sociedade. Considerados como os funcionários da superestrutura desempenham papel fundamental no seio do bloco histórico.

Gramsci não identifica o intelectual pelas condições intrínsecas da intelectualidade, e sim pela identificação funcional dos intelectuais, isto é, pela função que exercem na sociedade. Desta forma, "todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (Gramsci, 1978, p.7).

Gramsci entende como intelectual aquele que exerce a sua intelectualidade, com prioridade no leque das funções sociais, ou até mesmo como profissão. Isso não significa que, para o autor, apenas os "grandes intelectuais" sejam vistos como intelectuais. Ele amplia este conceito à medida que define o intelectual pela capacidade de organizar o tecido social.

Os intelectuais, enquanto "persuasores" da classe dominante, formando uma camada social diferenciada, ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico – e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico, exercem funções de consenso e, quando este falha, de coerção, tendo como objetivo "convencer" as classes subalternas de que a hegemonia vigente é a melhor.

Desta forma, é atribuída ao intelectual uma dupla função: por um lado, ele busca o consenso mediante a transmissão dos valores da classe dominante às classes subalternas, como sendo valores verdadeiros a serem seguidos; de outro lado, exerce a função coercitiva através do aparato administrativo, político, judicial e militar.

Nos Cadernos do Cárcere, onde é ampliada a discussão sobre os intelectuais, o pensador sardo traz uma evidência importante, que merece atenção: a diferença entre intelectual orgânico e intelectual tradicional.

Partindo da relação indicada por Marx entre estrutura e superestrutura – onde as classes sociais nascem e se estabelecem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal – Gramsci percebe que, pelo desenvolvimento do capitalismo, cria-se um novo bloco histórico que dará origem a uma nova camada de intelectuais ligada principalmente à classe dominante fundamental. A esses intelectuais ele chama de "orgânicos". Os intelectuais que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham ligados "organicamente" a nenhuma das classes fundamentais, ele denomina de "tradicionais". (Gramsci, 1999a, p.17). Esses intelectuais devem ser absorvidos ou suprimidos pela classe fundamental, a fim de que esta estabeleça sua hegemonia.

È importante ressaltar que os intelectuais, tanto os tradicionais como os orgânicos, desempenham certas funções, enquanto categoria social de conservação ou de transformação da ordem vigente, podendo agir tanto para a transformação da sociedade quanto para a sua reprodução.

Até aqui se analisou o pensamento de Gramsci em relação à estrutura do Estado e o modo como a classe dominante, por meio de tal estrutura, mantém-se como classe hegemônica. Sabe-se, porém, que a intenção do pensador italiano não era simplesmente compreender como esta estrutura acontece. Ele vai além e se identifica com Marx quando afirma que "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (In: Marx e Engels, 1991, p.14). É neste sentido que Gramsci desenvolve seu pensamento: muito mais que o estudo das formas de manutenção, conservação ou reprodução do poder da classe dominante, estava preocupado em, mediante a interpretação da hegemonia existente, descobrir caminhos para transformar a sociedade capitalista, isto é, elaborar conceitos que orientassem as classes subalternas rumo à tomada do poder, na realização da contra-hegemonia, também chamada de hegemonia do proletariado.

Gramsci elabora uma teoria da transformação social que tem nos intelectuais um de seus elementos centrais. Acredita que o proletariado pode produzir os seus intelectuais, que haverão de contribuir para a construção da contra-hegemonia.

A fim de viabilizar o processo de transformação social, o intelectual precisa fazer acontecer, no seio da classe a que está vinculado organicamente uma tomada de consciência dos seus interesses, auxiliando na formação de uma concepção de mundo mais homogênea e autônoma. Isto acontece através da filosofia da práxis.

A filosofia da práxis é vista como uma teoria da organização e da ação política, a qual se apresenta, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo intelectual existente) (Gramsci, 1995, p.18). Por meio da filosofia da práxis, as classes subalternas realizam um processo de tomada de consciência, chegando a uma elaboração superior da própria consciência do real.

Aos "novos intelectuais" cabe a tarefa de levar às classes subalternas a filosofia da práxis, através de uma reflexão que obrigatoriamente se dá no núcleo de bom senso, a partir da prática cotidiana das massas e de sua experiência na luta política, isto é, o desenvolvimento da autoconsciência.

Sendo assim, os "novos intelectuais" difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas, trabalhando para elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas sob os dirigentes e organizadores das classes subalternas a fim de que esses alcancem a hegemonia do proletariado.

3. O Professor: um intelectual a favor da transformação social

Anteriormente abordou-se a questão da estrutura ideológica que, segundo Gramsci, tem como função “a organização material, para manter, defender e desenvolver a frente “teórica ou ideológica”. (1999a, p.78). O autor afirma que a estrutura ideológica é formada por vários aparelhos ideológicos, entre eles a escola.

Percebe-se, pois, o importante papel que desempenha a educação no processo de transformação e aperfeiçoamento da sociedade, portanto, na ampliação das possibilidades de o homem melhor viver e conviver. É através desta educação que homem adquire condições existenciais indispensáveis ao exercício e à participação consciente no universo de que faz parte, ou seja, condições de atuar na re-construção de um modelo civilizatório menos excludente e nocivo.

Partindo do pressuposto que os agentes da estrutura ideológica são os intelectuais e que a escola é uma das instituições que compõem esta estrutura, pode-se dizer que o professor é um intelectual. No desempenho do papel de intelectual, ligado às classes subalternas, comprometido com a transformação social, o professor necessita desenvolver internamente a consciência do papel que desempenha e daquilo que realmente é, dentro do processo histórico no qual se insere. É segundo Gramsci, um “conhecer-te a ti mesmo” (1995, p.12).

Esta consciência do papel que lhe cabe como professor e sujeito histórico permitem-lhe reconhecer como a cultura escolar dominante está implicada nas práticas hegemônicas, que na maioria das vezes silenciam os grupos subordinados de alunos, bem como incapacitam e desarticulam aqueles que os ensinam, levando ao

desvelamento do vínculo existente entre o ensino escolar e os aspectos sociais mais amplos que formam a sociedade.

Ao compreender as interligações entre a educação – com os componentes que ela abriga em seu bojo - e os aspectos que estruturam a sociedade o professor desenvolve a capacidade de trabalhar criticamente. Analisa a educação a partir de suas perspectivas em relação à sociedade, às escolas e à emancipação. O professor não ignora suas próprias ideologias e valores, confronta-as criticamente de forma a conhecer como a sociedade estrutura-se, como molda os indivíduos, isto é, busca compreender como a sociedade interfere na sua maneira de pensar e agir, sendo capaz de perceber sua prática para além do domínio e aperfeiçoamento de metodologias.

O papel do professor torna-se tanto mais importante, quanto mais ele possa contribuir para elevar o nível cultural da população, chegar a uma representação coerente da realidade, atingir maior grau de politização, para que realize a sua passagem, como classe, do senso comum a uma concepção de vida superior. Essa passagem, não apenas como indivíduos singulares, é condição necessária para que ela se torne hegemônica sobre toda a sociedade.

Para que possa contribuir na construção da consciência crítica dos alunos tem-se de desenvolver pedagogias contra-hegemônicas, a fim de fortalecer os alunos, por meio do conhecimento por ele mediado e das habilidades sociais que são fundamentais para que estes possam funcionar na sociedade como agentes críticos, capazes de trabalhar a serviço da transformação social.

4. Práticas educativas do professor transformador

O processo de aprender e ensinar em uma dimensão contra-hegemônica pressupõe práticas educativas que permitam a construção de saberes, indo além da simples reprodução de informações. Gramsci em seus escritos revela a preocupação com tal questão quando faz referência ao acesso à cultura. Ele ressalta a importância de uma cultura, mas não de uma cultura “morta”, enciclopédica, na qual o homem é ser passivo, isto é receptor de informações na maioria das vezes desconectadas e sem sentido verdadeiro para sua vida.

“A alma da concepção educativa para Gramsci reside na idéia de educar a partir da realidade viva do trabalhador, e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a idéia de educar para a liberdade concreta,

historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial” (Nosella, 1992, p.36).

Percebe-se a necessidade de superar uma escola conteudista, desvinculada da realidade, onde a cultura acadêmica é a passividade ou a retórica. Faz-se necessário buscar na escola um local de investigação crítica, onde os alunos aprendam o conhecimento e as habilidades necessárias para que possam atuar de forma consciente na sociedade.

“Antes de mais nada, e no plano mais geral, a universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-os das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confucionista ameaçava submergi-los, graças a leituras mal absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo: Um jovem de intelecto agudo e vivo, desprovido de uma sólida preparação, não tem mais a apresentar do que um acervo de idéias, ora verdadeiras ora falsas, que tem para ele valor. Possui um certo número de doutrinas e fatos, mas descosidos e dispersos, não tendo princípios em torno dos quais coletá-los e situá-los. Diz, desdiz e se contradiz; e, quando é obrigado a expressar claramente o seu pensamento, não mais se reencontra. Percebe mais as objeções do que as verdades, propõe mil questões às quais ninguém saberia responder, mas enquanto isso, nutre a mais alta opinião sobre si e se irrita com os que discordam dele” (Gramsci, 1999a: p.189).

Gramsci acreditava em uma pedagogia histórica, dialética e crítica; não aceitava a factualidade e argumentava a favor de uma escola que fosse formativa. O que evidencia a necessidade de superar uma educação enciclopédica e avançar em direção a um currículo que leve em conta as experiências pessoais concretas de grupos e populações culturais específicas, encorajando o desenvolvimento de habilidades que permitam ir além das impressões superficiais e do senso comum, abordando as ordens implícitas do social e do político, buscando, por meio do estudo do contexto cultural, desfazer mitos dominantes, a fim de que se possa realizar a contra-hegemonia.

Dentro desta perspectiva o professor deve ter como objetivo oportunizar situações que possibilite ao aluno alfabetizar-se, no sentido proposto por Freire (1992 e 2004), ler criticamente o mundo. Nesta leitura de mundo o primeiro parágrafo desperta o papel histórico do ser humano e seu compromisso com a emancipação. Aqui a superação de práticas educativas reprodutivistas é ponto chave.

As práticas educativas propostas aos alunos, quando trabalhadas de forma reprodutiva, não proporcionam a re-significação de conhecimentos, pois é solicitado a estes que acompanhem raciocínios previamente elaborados por outrem, não possibilitando a inserção destes no processo de construção do conhecimento. Faz-se premente que estas práticas sejam desenvolvidas de forma a tornarem-se atividades potentes no processo de ensinar e aprender, ao lançarem os alunos em “situações reais” que para serem desenvolvidas, organizadas ou solucionadas necessitam de envolvimento direto instigando-os a questionamentos, formulação de argumentos em busca de respostas possíveis o que possibilita a de re-significação de conhecimentos. Para tal devem ser contextualizadas, a fim de que os alunos sintam-se envolvidos e desafiados pelas atividades propostas.

As práticas educativas devem estar alicerçadas na interligação dialética entre teoria e prática, onde estas se relacionam numa interdependência sem perderem suas características e funções. Nesta perspectiva acredita-se no potencial da pesquisa no espaço tempo da sala de aula. Esta, se bem orientada, proporciona o trabalho articulado entre teoria e prática, pois na busca de argumentos para responder os questionamentos, gerados na pesquisa, os alunos se propõem a recorrer à teoria, interligando atividade prática em situações reais ao referencial teórico, num processo de ação – reflexão - ação.

A pesquisa necessita ser percebida como um instrumento que possibilita a compreensão da realidade na qual se está inserido. Distanciando-se de uma formação educativa que tem como foco o conceito teórico ou o ativismo, ambos com base na fala alheia; para buscar uma formação que tenha no ato de aprender a presença de uma articulação entre teoria e prática que possibilite a elaboração própria, como ato criativo e crítico.

“É possível desenhar o alcance alternativo da pesquisa, que a tome como base não somente das lides científica, mas também do processo de formação educativa, o que permitiria introduzir a pesquisa já na escola básica, a partir do pré-escolar e considerar atividade humana processual pela vida afora” (Demo, 1997, p.9).

A pesquisa traz em sua concretude o questionamento e a argumentação os quais necessitam de interlocuções, que devem acontecer por meio do diálogo. Este momento é privilegiado de manifestações dos alunos, os quais devem expressar seus

questionamentos e suas argumentações. Desta forma torna-se indispensável que o professor ao trabalhar um determinado conteúdo tenha como ponto de partida o conhecimento do aluno sobre o assunto, dando vez e voz para que este exponha seus conhecimentos, dúvidas e necessidades. Esta exposição prevê a organização de situações no espaço-tempo da sala de aula que não só viabilizem, mas estimulem a socialização de seus conhecimentos.

Ensinar tendo como instrumento a pesquisa é fazer do aprender um momento de criação, evitando a aceitação passiva de informações.

Faz-se necessário que o professor perceba a atitude de pesquisa como fazendo parte do viver. A curiosidade, o questionamento, a busca de respostas são características visíveis em qualquer aluno. Cabe ao professor fomentar a postura investigativa.

Desta forma a pesquisa será uma aliada na busca de um projeto emancipatório. Contribui para construção de um olhar crítico em relação à realidade, tornando possível a reconstrução social a partir de desejos e aspirações coletivas.

Considerações Finais

Este ensaio parte de uma problemática clara e determinada: a crise ambiental e a insustentabilidade da vida no planeta. Apoiado no pensamento de Antônio Gramsci pode-se dizer que tal problemática esta imersa em questões mais abrangentes e complexas, isto é faz parte de uma lógica imposta pelo modelo civilizatório fortemente instalado e disseminado, o que leva a apostar na necessidade de transformar o próprio modelo civilizatório.

Dentro desta proposta abordou-se a importância do papel desempenhado pela educação no processo de transformação da sociedade, onde por meio desta o homem pode adquirir condições existenciais indispensáveis ao exercício e à participação consciente no planeta, necessárias na consolidação de uma vida sustentável e não excludente.

Nesta perspectiva o professor potencialmente é elemento articulador de uma nova sociedade. Para tanto necessita conscientizar-se de seus interesses, bem como dos interesses dos quais se vincula organicamente, auxiliando assim na formação de uma concepção de mundo mais homogênea e autônoma. A concretude de tal projeto tem por base a construção da consciência crítica por parte dos alunos o que torna premente o desenvolvimento de pedagogias contra-hegemônicas. Estas fortalecem os alunos, por

meio do conhecimento mediado pelo professor e das habilidades sociais que são fundamentais para que possam funcionar na sociedade como agentes críticos, capazes de trabalhar a serviço da transformação social.

Inúmeras são as nuances que as pedagogias contra-hegemônicas podem assumir, entre elas destacou-se neste ensaio o “ensino pela pesquisa”. A pesquisa como instrumento que tem no questionamento, na argumentação e produção escrita seus elementos, os quais possibilitam a articulação dialética entre teoria e prática, num processo de ação – reflexão - ação. Neste sentido por meio do ensino pela pesquisa podem-se vislumbrar propostas de práticas educativas que colaborem com a reflexão, tanto de professores como alunos, e encaminhem movimentos em direção a transformação social, com vistas a sustentabilidade da vida.

Referências Bibliográficas

- Demo, P. *Princípio Científico e Educativo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- Freire, P. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Gramsci, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Concepção Dialética da História*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.
- Nosella, P. *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: Marx, K.; Engels, F. *A Ideologia Alemã*. (Feuerbach). 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 11-14.
- Portelli, H. *GRAMSCI e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹ Mestre em Desenvolvimento Social, professora do IFSul Rio-Grandense (IF Sul), luciane@ifsul.edu.br. Doutoranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

² Doutor em Ciência da Computação, professor adjunto do Centro de Ciências Computacionais, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), dmtalcf@furg.br. Mestrando em Educação, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).